



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

10 de junho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: Enem	Página: Online	

ENEM 2015 - RESULTADO DO BRASIL - 10/06/15 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Com 8,4 milhões de inscritos, Enem tem queda de 10,7% no nº de cadastros

O número de inscritos no Enem 2015 chegou a 8.478.096, o que corresponde a uma queda de 10,7% em comparação ao número do ano passado.

Esta foi a primeira queda registrada nos últimos anos, quando o exame passou a ser principal porta de entrada para as universidades públicas do país. Em 2014, um total de 9,49 milhões de pessoas manifestaram interesse em fazer o Enem –o quantitativo foi reduzido para 8,7 milhões devido ao não pagamento da taxa.

Nesta edição, o valor da inscrição (R\$ 63) pode ser pago até esta quarta-feira (10). Assim, o número divulgado nesta terça (9) pelo MEC ainda terá uma redução, como acontece em todos os anos.

Para o ministro Renato Janine (Educação), um possível motivo para a queda foi a nova regra que tenta coibir faltosos: estudantes isentos da taxa que não comparecerem nesta edição deverão desembolsar o valor da taxa no ano seguinte, como prevê o edital.

Ao mesmo tempo, Janine descartou relação entre a redução de 1 milhão de estudantes inscritos e o aumento da taxa, de R\$ 35 para R\$ 63. Entre 2014 e este ano, o percentual de pagantes subiu de 32,4% para 40,2% (em números absolutos, subiu de 3 milhões para 3,4 milhões).

"Não faz sentido supor que o preço é um elemento dissuasor. Isso nos conforta muito. Porque quando você aumenta () sempre fica preocupado se se gerará exclusão. Tínhamos esse receio e pelo visto ele não era procedente", afirmou em coletiva de imprensa.

Assim como nas edições passadas, a grande maioria dos candidatos (59%) já concluiu o ensino médio. Apenas 19,6% estão terminando, neste ano, o 3º ano (1,6 milhão de estudantes). Quase 60% dos estudantes estão isentos da taxa. A grande maioria deles se declarou carente (43,9%).

Presidente do Inep, Chico Soares afirmou que poderão ser feitas "checagens" sobre a carência declarada pelo candidato.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Estamos vivendo um momento em que o Inep conhece muito sobre todos os alunos da educação básica. Por exemplo, nós sabemos em qual escola o aluno estudou. (...) A gente não esperaria um número muito grande de carência em alunos que estudaram em determinado tipo de escola", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: Sisu		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Sisu do meio do ano já tem mais de 865 mil candidatos, diz MEC

Quem fez o Enem 2014 pode participar até a próxima quarta-feira (10).

Nesta edição, o Sisu oferece 55,6 mil vagas em 72 instituições.

A segunda edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2015 recebeu a participação de mais de 865 mil candidatos. O sistema foi aberto pouco depois da 0h desta segunda-feira (8) e, segundo balanço divulgado pelo Ministério da Educação, até as 18h desta terça (9), 865.041 candidatos já estavam participando do processo seletivo. Como cada candidato pode escolher até duas opções de curso, às 18h, o Sisu registrava 1.664.715 inscrições.

As inscrições vão até 23h59 desta quarta-feira (10) e devem ser feitas pelo site oficial do programa.

O Sisu é um processo seletivo que usa as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para selecionar estudantes em cursos de graduação de universidades federais e institutos tecnológicos de ensino superior. Para participar, é preciso ter feito o Enem em 2014 e obtido nota acima de zero na redação.

A segunda edição do Sisu 2015 selecionará alunos para 55.571 vagas em 72 instituições públicas de ensino superior. O Ministério da Educação abriu nesta terça-feira (2) a consulta de vagas. Saiba mais

A lista disponível na página do sistema aponta vagas em 234 cidades de 25 estados do país (não há vagas no Amazonas e no Mato Grosso). Serão selecionados estudantes para 298 carreiras em 1.564 cursos de graduação. Medicina, por exemplo, é oferecido em 24 universidades federais.

O número de vagas desta edição é maior que o da seleção de meio de ano de 2014, quando 67 instituições aderiram ao sistema e ofereceram 51.412 vagas.

Nesta edição, a única nota válida para participar do Sisu será a do Enem 2014. Para se inscrever na seleção, o candidato não pode ter tirado zero na redação.

Calendário

O processo seletivo do Sisu para o segundo semestre terá apenas uma chamada e o resultado, que será divulgado no dia 15 de junho, poderá ser consultado na página do Sisu na internet. A matrícula deverá ser realizada nos dias 19, 22 e 23 de junho na instituição em que o aluno foi selecionado.

Para fazer parte da lista de espera, o candidato deve entrar no site do Sisu entre os dias 15 e 26 de junho. As universidades terão de 19 a 26 de junho para informar as vagas disponíveis no site.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Como participar

Ao acessar o sistema, os estudantes poderão checar todas as vagas disponíveis para a seleção. Porém, cada estudante poderá se inscrever em duas opções de vagas. No ato da inscrição, será preciso escolher, em ordem de preferência das vagas, a instituição, o local de oferta, o curso e o turno em que ele é ministrado.

Até as 23h59 desta quarta, o estudante poderá trocar suas opções no sistema quantas vezes quiser, e também cancelar sua inscrição. Durante o período, o Sisu informará a nota de corte de cada curso e turno, ou seja, a nota mínima para ser aprovado naquele curso, segundo o número total de inscritos e o número de vagas oferecidas. O Sisu considera apenas as últimas opções cadastradas no momento do fechamento das inscrições.

Na hora de fazer as duas opções de vaga, o candidato deve escolher uma das três modalidades de concorrência: a concorrência pelo sistema de cotas que segue a lei federal, a concorrência pelo sistema de ação afirmativa determinado pela instituição de ensino que oferece a vaga, e a ampla concorrência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: ProUni		Página: Online



Inscrições para o ProUni começam dia 16 de junho

Começam no dia 16 de junho as inscrições para o Programa Universidade para Todos (ProUni), referente ao segundo semestre deste ano. Os estudantes interessados em obter bolsa de estudos em instituições privadas de ensino superior podem se inscrever até o dia 18 de junho na página do programa na internet.

Estão habilitados para o ProUni estudantes brasileiros que ainda não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014, desde que não tenham tirado zero na redação e obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas. Professores do quadro permanente da rede pública de ensino podem participar, desde que concorrendo a cursos de licenciatura.

Concorrem às bolsas integrais estudantes com alguma deficiência ou tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em escola particular como bolsista integral.

Os candidatos devem comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais de 50%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. No caso de professores, não é necessário comprovar renda.

O ProUni será feito em duas chamadas. Os candidatos deverão informar, em ordem de preferência, até duas opções de instituição, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa entre as disponíveis. O resultado da primeira chamada será divulgado no dia 22 de junho e os estudantes terão até o dia 29 para comprovar as informações. A segunda chamada será no dia 6 julho e os estudantes deverão comparecer às instituições de ensino até o dia 10 de julho.

Os candidatos não selecionados ainda poderão participar da lista de espera do ProUni, manifestando o interesse no site do programa entre os dias 17 a 20 de julho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: Enem		Página: Online



Quase 58% dos inscritos no Enem são negros

A maior parte dos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015 é negra. De acordo com dados divulgados ontem (9) pelo Ministério da Educação (MEC), 4,9 milhões de candidatos, que equivalem a 57,81% do total, são negros.

Cerca de 8,5 milhões de candidatos inscreveram-se para a edição atual do Enem, cujas inscrições terminaram sexta-feira (5). As provas serão nos dias 24 e 25 de outubro em mais de 1,7 mil cidades.

A porcentagem de negros no Enem aumentou em relação às últimas edições. Em 2012, os negros representavam 53,1% dos candidatos e, em 2013, 55,4%. Em 2014, os dados dos inscritos por raça foram divulgados apenas quando as inscrições foram confirmadas – das 9,5 milhões de inscrições, 8,7 milhões foram confirmadas, e os negros representaram 57,9%.

Em 2015, os brancos representam 37,47%, os amarelos, 2,05%, e os indígenas, a menor porcentagem, 0,59%. Não fizeram a declaração 2,08% dos inscritos. Do total de candidatos, 12,63% se disseram negros e 45,18%, pardos. Os dados ainda são preliminares e as inscrições serão confirmadas apenas após o pagamento da taxa de R\$ 63. O prazo para que isso seja feito termina às 21h59 de amanhã (10). Concluintes do ensino médio em escolas públicas e pessoas que declararam carência são isentos.

Ainda de acordo com dados do MEC, 1,7 mil candidatos são idosos e solicitaram atendimento específico. Entre as mulheres, 8,2 mil estão gestantes e 10,6 mil, em fase de amamentação. Os sabatistas – pessoas que guardam o sábado e, por isso, têm horário de prova diferenciado – são 70,8 mil e 646 são estudantes em situação de classe hospitalar.

Entre os que solicitaram atendimento especializado, 20,9 mil são pessoas com deficiência física, 10,9 mil são pessoas com baixa visão; 7,1 mil têm deficiência auditiva e 7,2 mil registraram déficit de atenção. Os demais atendimentos foram solicitados por pessoas com visão monocular (3,2 mil), dislexia (2,4 mil), deficiência intelectual (2,4 mil), surdez (2 mil), cegueira (1,3 mil), autismo (505), discalculia (427) e surdocegueira (40). Além disso, 2,6 mil candidatos solicitaram atendimento especializado por outra deficiência ou condição especial.

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, destacou que é cada vez maior a atenção ao lado do acolhimento. "Podem ser poucas pessoas, mas, por exemplo, as 40 que declararam surdocegueira, são pessoas que necessitam de acolhimento muito forte. Como se vê pela definição, não adquirem informação nem pelo som, nem pela visão, então há procedimentos extremamente qualificados de inclusão delas. Há pessoas que têm discalculia, ou seja, têm dificuldade com números."

De acordo com o ministro, antigamente, isso seria uma condenação da pessoa. "Ela não conseguiria prosseguir na escolaridade, talvez não conseguisse nem terminar o fundamental. Atualmente, essas pessoas podem fazer curso universitário, sim", afirmou Janine.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: Enem	Página: Online	



SANTA CATARINA



Candidatos do Enem 2015 devem pagar taxa de inscrição até esta quarta

*Nesta edição do exame nacional o número de inscritos carentes caiu 25,3%.
Mais de 8,4 milhões de estudantes se inscreveram no Enem 2015.*

Os candidatos pagantes do Enem 2015 (Exame Nacional do Ensino Médio) têm até as 21h59 desta quarta-feira (10) para pagar a taxa de inscrição nas agências do Banco do Brasil ou dos Correios (Banco Postal).

A inscrição só é considerada confirmada quando o pagamento é feito ou caso o candidato tenha obtido a isenção da taxa. As provas ocorrerão em 24 e 25 de outubro.

Nesta edição, o Enem teve 8.478.096 de estudantes pré-inscritos, segundo balanço do MEC (Ministério da Educação).

O número é 10,67% menor que em 2014 e quebra uma sequência de recordes que era registrada desde 2008. O que puxou o total para baixo foi a queda de 25,3% na quantidade de candidatos carentes, que ficam desobrigados pelo MEC de pagar a taxa de inscrição.

Em 2014, 4.986.864 candidatos se inscreveram nestas condições. Em 2015, as solicitações de carência aceitas caíram para 3.726.043.

Sequência de recordes

Ainda que todos os pré-inscritos confirmem a inscrição, o Enem 2015 quebra uma sequência de recordes. No ano passado, o sistema teve 9.490.952 candidatos pré-inscritos e 8.722.356 deles confirmaram a inscrição. O número não pode ser alcançado pelos 8,4 milhões de pré-inscritos na atual edição.

A sequência de alta vinha desde 2008, ano com 4.004.715 inscrições confirmadas, contra 3.568.592 em 2007, ano que apresentou queda em relação à 2006, que teve 3.731.925 inscritos.

Isenção da taxa

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou que o aumento da taxa, de R\$ 35 para R\$ 63, não influenciou na queda de 10,6%. "Não houve exclusão do Enem por causa da taxa", afirmou ele.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo ele, a hipótese mais provável foi que as pessoas que iriam declarar carência decidiram adiar sua inscrição no Enem. "Onde tivemos redução mais significativa são os que justificam carência para não pagarem a taxa."

Novas regras

Com a mudança na regra da isenção, aumentou o número de candidatos pagantes do Enem e do número de concluintes. A redução foi na quantidade de candidatos carentes

Nesta edição, 40,2% estão nessa condição, contra 32,4% no Enem 2014 e 38,9% no Enem 2013, segundo os dados divulgados pelo MEC.

A quantidade de candidatos isentos também cresceu, apesar de em uma taxa menor: em 2015, 15,9% dos inscritos são isentos, contra 15% em 2014 e 14,7% em 2013.

Já o número de candidatos que se tiveram a declaração de carência aceita pelo Inep caiu.

Neste ano, eles representam 43,9% do total. No ano passado, eram 52,5% e, no ano retrasado, eles somaram 46,4% do total de inscritos.

Investigação de fraudes para fugir de taxa

Francisco Soares, presidente do Inep, disse que monitora possíveis fraudes em declarações de carência para ter a isenção da taxa. Segundo ele, candidatos podem ser chamados para prestar mais informações em casos suspeitos.

"É autodeclaração da pessoa. Estamos vivendo momento em que o Inep conhece muito sobre todos alunos da educação básica. Por exemplo, sabemos em qual escola o aluno estudou. Essa checagem pode ser feita e pode verificar em qual escola ele estudou e se teve carência", disse o presidente do Inep.

"O pedido de uma explicação não é acusar a pessoa de nada. Isso será feito neste ano. Há meios fáceis de se fazer este tipo de solicitação", afirmou Soares.

Cartão de confirmação digital

Neste ano, o cartão de confirmação do candidato será divulgado pelo Inep apenas no site do Enem. Ainda não há data prevista para sua divulgação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



PRAZO PARA MUNICÍPIOS E ESTADOS APROVAREM PLANOS DE EDUCAÇÃO ENCERRA-SE DIA 24

Apenas 179 dos 5.570 municípios brasileiros haviam sancionado planos de educação até o dia 1º; maior parte das prefeituras ainda está na fase de elaboração da proposta

Fonte: Agência Senado

Termina no dia 24 o prazo para municípios e estados aprovarem seus planos de educação. A data está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado há um ano. Tudo indica, no entanto, que a maior parte terá dificuldade para cumprir a exigência.

Aprovado pelo Congresso Nacional a partir de projeto de lei do Executivo, o Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes, metas e estratégias para a área. Entrou em vigência no dia 26 de junho de 2014 e tem validade de dez anos.

Os planos municipais e estaduais são parte essencial do plano nacional, pois são o principal instrumento para fazer cumprir as 20 metas previstas, que abrangem desde a creche até a universidade. A eles cabe adaptar as estratégias do plano nacional às realidades regionais e garantir a continuidade das ações.

Apenas 179 dos 5.570 municípios brasileiros haviam sancionado planos de educação até o dia 1º — 3,2 % do total. Nenhum município do Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Rio Grande do Norte, Piauí e Amazonas completou esse processo.

A maior parte das prefeituras ainda está na fase de elaboração da proposta. Essa etapa inclui constituir uma comissão que vai fazer um diagnóstico da educação no município, produzir um documento-base que será submetido à consulta pública e, por fim, elaborar um projeto de lei para apresentação na câmara legislativa municipal.

Em relação aos planos estaduais, a situação também é complicada. Apenas Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão sancionaram seus planos de educação. São



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Alagoas, Ceará e Acre são os mais atrasados, tendo -produzido apenas o documento-base.

Motivos

De acordo com a assessora da organização não governamental Ação Educativa, Ananda Grinkraut, o prazo de um ano foi curto porque 2014 foi atípico, com Copa do Mundo e eleições.

— Cumprir os prazos é fundamental, mas não podemos deixar que a pressa prejudique a participação da comunidade na elaboração dos planos e diminua a qualidade do -trabalho — ponderou.

José Pimentel (PT-CE), -relator no Senado da proposta que deu origem ao plano, -defende o prazo, que foi decidido nas conferências de educação:

— Por que atrasou? Porque no Brasil existe a velha prática de só entregar no último minuto. Não pensamos em votar um novo prazo, pois isso vai prejudicar as crianças.

O secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, acredita que não há interesse por parte dos governantes em cumprir o PNE, pois não é uma política de governo, mas de Estado; não dura um mandato, mas dez anos.

— Com o PNE anterior, de 2000 a 2010, já houve esse problema — lembrou.

A lei não aponta punições para quem não cumprir o prazo, mas, segundo o Ministério da Educação, verbas suplementares para programas serão destinadas prioritariamente a quem tiver sancionado os planos.

PNE tem metas a serem cumpridas até 2024

O Plano Nacional de Educação prevê 20 metas a serem atingidas em 10 anos. A que mais gerou debate no Congresso Nacional e na sociedade foi a última delas, que se refere aos recursos que devem ser destinados à área. Inicialmente, a proposta do governo era elevar para 7% do produto interno bruto (PIB) o montante de investimento em educação. Na década anterior, essa porcentagem havia crescido de 3,9%, em 2000, para 5,1%, em 2010.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e especialistas alegaram ser necessário, no mínimo, 10% para dar conta de todas as exigências das metas do PNE. A solução foi escalonar o aumento dos investimentos, que devem atingir 7% do PIB no quinto ano de vigência da lei e 10% ao final do decênio.

Outra meta importante é a que universaliza até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade. Para isso, o Brasil terá de criar 1 milhão de vagas, de acordo com levantamento realizado em 2014 pelo movimento Todos Pela Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2012. Atualmente, 20% das crianças nessa faixa etária estão fora da escola.

Para o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Heleno Araújo, a ausência dos planos estaduais e municipais pode prejudicar o cumprimento dessa meta. A Emenda Constitucional 59/2009 já havia estabelecido que todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos têm direito à educação.

— Chegaremos a 2016 e o Brasil poderá estar descumprindo a Constituição. Os planos são fundamentais para ajudar a cumprir esse papel.

Desigualdade federativa

Um dos problemas do sistema educacional do país é a desigualdade entre os entes federados. De acordo com a Constituição, os municípios devem ser responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Os estados e o Distrito Federal, pelos ensinos fundamental e médio. E a União, pelo ensino superior e pela educação profissional. A Constituição estabelece os percentuais mínimos de recursos para a educação sobre a receita de impostos: União, 18%; estados, Distrito Federal e municípios, 25%. Essa repartição penaliza os municípios, que possuem mais atribuições e menos recursos. A União fica com 57% do total arrecadado no país; estados, com 25%; e municípios, com 18%. Na oferta de vagas na educação básica, a situação se inverte: os municípios têm 23 milhões de matriculados; os estados, 19 milhões; e a União, pouco mais que 150 mil.

Para ajudar a corrigir as desigualdades, o PLS 320/2008, de Cristovam Buarque (PDT-DF), transfere para a União a melhoria da estrutura física das escolas e o atendimento de alunos em tempo integral. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e aguarda votação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: Formação		Página: Online



"ISSO É EDUCAÇÃO: RESPEITAR O OUTRO", DIZ RENATO JANINE RIBEIRO
Para ministro, falta de formação estimula radicalização política, entre pessoas que não sabem respeitar diferenças

Fonte: TV Cultura

Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação, abre a sabatina do Roda Viva desta segunda-feira (8) explicando o slogan "Pátria Educadora". Ribeiro diz que o governo sabe que há dados preocupantes na área, que há muito a fazer. O ministro diz que é um slogan de trabalho, que sugere uma sociedade mais conectada, que respeite o outro. "Não podemos esquecer que nossa educação tem muitas falhas, mas existem muitas ações efetivas. quando você diz que tudo é muito ruim, você inibe as ações", afirma.

Em relação ao Financiamento Estudantil (Fies), diz que o governo vai reabri-lo para famílias que têm renda de R\$ 1.000. "Vamos dar prioridade a três áreas: formação de professores, fortalecer as engenharias e a saúde, porque têm que melhorar. Vamos dar prioridade ao Norte e ao Nordeste e a cursos de nota mais elevada", adianta.

Sobre a formação dos professores, o ministro afirma que, dado o volume de profissionais, "temos que fazer esforço na educação continuada". Para ele, o principal ponto da continuada, e talvez da inicial, é garantir a presença de gente com experiência. "Pretendemos lançar, ainda neste ano, a ideia de que os diretores com experiência lecionem. Temos que valorizar o professor de várias formas, inclusive no salarial", diz. Em relação à carreira dos docentes, conta que é um tema a ser debatido: "É melhor um salário inicial baixo, que atrai pouca gente e garante uma aposentadoria melhor? Ou é melhor um salário inicial mais alto, mesmo que o final seja mais baixo?", pergunta.

Gestão é administrar conflito

O ministro explica que a profissão de professor deixou de ser atraente. "A questão de ensino exige que seja repensada. Os modelos de ensino tradicionais estão sendo postos em xeque", diz, acrescentando que a valorização do professor é o ponto crucial para o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

sucesso da educação na Coreia do Sul. Mas ele lembra que o país segue a tradição confuciana, em que o mestre sabe tudo. "Não podemos pensar na forma de lá", completa. Ribeiro lembra que os salários foram caindo ao longo de décadas. Aos poucos, houve uma queda no status do professor. "Esse salário é baixo, tem que melhorar. Tem que ser compromisso da sociedade brasileira. Não há boa educação sem bons professores, valorizados", afirma. O ministro lembra que um dos problemas da educação brasileira é justamente o gerenciamento. "Gestão é saber administrar conflito, formar equipes", completa.

Questionado sobre o bônus de desempenho, diz que não se pode adotar uma política que seja competição intransigente. "Na Capes era destrutiva. É importante formar times de professores. Se dá bônus, tem que articular. O que fizemos na Capes, então, foi competição mais cooperação. Isso tem que ser pactuado", diz. Em relação à qualidade de ensino nas universidades, diz que os cursos com nota mais alta terão prioridade no Fies. "O repasse ajuda o aluno que não pode pagar. Procura ser uma medida de inclusão social. O objetivo do Fies é o aluno", defende. O ministro se diz a favor das cotas porque acredita que, como negros e índios têm acesso menor ao ensino superior, tem que haver uma política temporária que conduza a isso.

Perguntado por que a educação pública deixou de ser de qualidade, conta que houve uma grande expansão numérica na época da ditadura. Com isso, criou-se o exame de aplicação, que era uma espécie de vestibular. "A maior parte sucumbia. Era pra menos gente. E quando começou a ampliar, não houve investimento. A ditadura não deu grande destaque, fortaleceu o CNPq, o Capes", conta.

Precisamos nos desapaixonar

Questionado sobre a ética, bandeira que o Partido dos Trabalhadores (PT) sempre defendeu, diz que, no Brasil, um grande problema foi o aumento da pobreza. "Tínhamos algo que passava dos 10%. É escandaloso, um país que não é pobre ser tão injusto como o Brasil foi", afirma. Diz que, com o Bolsa Família, foi possível reduzir 6% de miséria. Ribeiro lembra que países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha fizeram uma inclusão social grande no passado. "Foi no governo Lula, que a inclusão adquiriu escala, tanto que hoje nenhum candidato cogita não fazer programas sociais", argumenta.

Em relação ao atual nível de diálogo entre PT e PSDB, o ministro diz que falta melhorar a qualidade do debate. "Democracia é igual a educação. É um regime em que você pode ter pelo menos duas opções diferentes de governo. Se possível, ambas com gente honesta, competente", diz. Infelizmente, ressalta, os ânimos ficaram muito exaltados, no Brasil, nos últimos anos. "Precisamos diminuir o fogo dessa brasa. Isso é educação: respeitar o outro. O que estimula essa radicalização é a falta de formação. O fato de você ter pessoas de nível universitário, que são mal educadas em todos os sentidos da palavra porque não sabem respeitar a diferença", completa, acrescentando que "precisamos nos desapaixonar um pouco, e penso que a área da educação pode ser uma área pra isso", finaliza.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A bancada de entrevistadores desta edição do Roda Viva é formada por Guiomar Namó de Mello, educadora e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo; Maria Helena Castro, socióloga e diretora-executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade); João Gabriel de Lima, diretor de redação da Revista Época; Fábio Takahashi, repórter do jornal Folha de S. Paulo; Paulo Saldaña, repórter do jornal O Estado de S. Paulo. O programa conta com a participação fixa do cartunista Paulo Caruso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 10/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



MEC REÚNE TRIBUNAIS DE CONTAS PARA FISCALIZAR CUMPRIMENTO DO PNE

Reunião acontece nesta terça-feira em Brasília com presidentes dos TCEs. Meta de universalizar ensino para crianças de 4 e 5 anos será exemplo

Fonte: G1

Presidentes dos tribunais de contas estaduais de todo o Brasil se reúnem nesta terça-feira (9) com membros do Ministério da Educação, para discutir a fiscalização do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O encontro acontece em Brasília a partir das 14h e será aberto pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, segundo o MEC.

Durante toda a tarde, os representantes dos TCEs debaterão a importância dos prazos do PNE, incluindo o mais urgente – a elaboração e aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. Segundo a programação, a meta 1 do plano nacional será usada como exemplo da atuação dos tribunais no acompanhamento do cumprimento das exigências legais por parte dos gestores de educação.

Entenda a meta 1 do PNE

A meta 1 diz que, até 2016, o Brasil deve universalizar a frequência de crianças de 4 e 5 anos na escola, e que deve ter pelo menos 50% das crianças com 0 a 3 anos matriculadas em creches. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), atualmente é necessário criar 2.719.456 vagas em creches no Brasil, e 707.544 vagas na pré-escola, para que a meta se atinga.

Veja ao lado a taxa de matrículas das crianças de 4 e 5 anos na escola em 2013, segundo dados do IBGE.

A reunião contará ainda com a presença do secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, de secretários do ministério, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB). A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(Undime) também participará do encontro, debatendo os limites e possibilidades da expansão da educação infantil.

Parceria

O MEC diz que comentará a reunião após o evento, mas que muitos assuntos serão tratados com os TCEs e que a parceria com os órgãos de controle não é recente. Entre os assuntos a serem discutidos, porém, está a indicação de padrões a serem seguidos pelos tribunais para a melhoria das ações de controle e acompanhamento.

O ministério disse, ainda, que os gestores estaduais e municipais devem formular planos locais "coerentes e sólidos", e que "tem se colocado à disposição para auxiliar na formatação das leis estaduais e municipais".

De acordo com o ministério, para facilitar a expansão de vagas para crianças de 0 a 3 anos, demanda mais urgente para o atendimento a essa meta, o MEC e o FNDE modificaram os modelos de construção de creches, a pedido das próprias prefeituras.

Os estados e municípios têm até o dia 24 de junho para finalizar a criação dos planos locais. Dentro do plano, eles terão que explicar como farão para cumprir a meta 1 até o ano que vem.

Em 30 de maio, segundo levantamento feito pelo G1, só 2,6% dos municípios haviam concluído o plano.

Papel do TCE

O tribunal de contas de cada estado tem a função de acompanhar a execução da programas e políticas públicas pelo Poder Executivo.

Veja ao lado a taxa de matrículas das crianças de 0 a 3 anos em creches em 2013, de acordo com dados do IBGE.

Segundo Cezar Miola, presidente do TCE do Rio Grande do Sul, afirma que "os tribunais de conta têm condições de exercer um papel indutor na oferta de vagas, sensibilizando os administradores públicos para a relevância do tema e, se necessário, aplicando sanções àqueles que descumprirem as metas do Plano Nacional de Educação".

Miola participará da reunião nesta terça-feira. Ele apresentará o estudo de caso do TCE-RS, que desde 2008 acompanhou de perto centenas de municípios gaúchos.

Punição

O Ministério da Educação diz que não tem poder de punição para estados e municípios que não cumprem a meta.

De acordo com a assessoria de imprensa do tribunal, "o processo de acompanhamento na educação infantil priorizou o exame das situações consideradas mais críticas em relação à necessidade de criação de vagas. Nesse sentido, foram avaliados 45 municípios gaúchos em 2008, chegando a 242 em 2015".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Entre as novas exigências do PNE está a aprovação, no Congresso Nacional, da Lei de Responsabilidade Educacional, para prever punições aos gestores que não cumprirem a implementação das metas.

Segundo o TCE-RS, atualmente, os gestores podem ter as contas reprovadas pelos tribunais de conta, caso sejam detectadas irregularidades.